

A Sala de Recurso Multifuncional na voz dos professores da Sala Comum

Andréia Heiderscheidt Fuck
Prefeitura Municipal de Joinville
152.andreia@gmail.com

Introdução e Fundamentação Teórica

Nos últimos anos, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) passaram a ser destaque nas discussões referentes à Educação Especial, principalmente no que diz respeito ao processo de escolarização das pessoas com deficiência na Sala Comum.

De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, publicado pela Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC, em abril de 2009, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola deve contemplar o AEE como uma das dimensões da escola das diferenças. O PPP define os fundamentos da estrutura escolar e deve ser coerente com os propósitos de uma educação que acolhe as diferenças.

Contudo a escola enquanto instituição baseia-se em padrões, mas como afirma Ozório (2010, p. 102) “o problema crucial é a insistência em fazer com que a escola seja

um lugar de normais, (...) igualdade um dos fundamentos da Educação Inclusiva, não é de forma alguma, tornar igual.” Neste sentido, não basta garantir o Atendimento Educacional Especializado e delimitar o seu lugar, é preciso mexer nas estruturas materiais e humanas deste espaço. No que concordamos com Baptista (2011, p.61):

Restam muitas perguntas relativas aos direcionamentos das novas metas dirigidas aos serviços especializados: como compreender essa mudança? A quem se destina, de fato, o espaço pedagógico da sala de recursos? Como deve ser constituída essa sala, considerando que se trata de espaço escolar e de um dispositivo pedagógico? Que características deve ter o docente para atuar nessas salas? Quais são os pressupostos implicados na valorização da sala de recursos como o espaço prioritário para o apoio especializado aos alunos com deficiência? Quais são as metas para o trabalho docente nesses espaços e suas conexões com o ensino realizado nas salas comuns?

A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, um dos documentos que regulariza o AEE, ressalta que cabe ao professor que atua na SRM a elaboração e execução de um planejamento, sem esquecer a articulação com os professores da sala de aula comum.

São diversas as atividades atribuídas aos professores do AEE, e em um olhar mais atento, é possível perceber que suas funções vão muito além do atendimento na sala de recursos, trata-se de um trabalho colaborativo, que envolve toda equipe escolar. Esta última, por sua vez, é fundamental para que os recursos e estratégias desenvolvidas na SRM sejam extensivas a todo o contexto escolar, pois somente no trabalho conjunto e colaborativo é que o estudante com deficiência será aluno da escola e não responsabilidade exclusiva de um ou outro profissional.

Muitas são as experiências recentes com o serviço do AEE, este trabalho tem como foco a implementação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais da cidade de Joinville, as quais seguem as diretrizes Nacionais de Educação, assim como a Política Nacional de Educação na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e mais recentemente a instrução normativa 004/13 do próprio município. De acordo com esta normativa “as Salas de Recursos Multifuncionais são destinadas a apoiar as redes públicas de ensino na organização e na oferta do atendimento educacional especializado, assim como contribuir com o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino”. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, 2013)

No intuito de contribuir com as discussões na área da Educação Especial tendo como foco este serviço oferecido aos estudantes com deficiência, este trabalho pretende investigar se o professor da Sala Comum acredita que o encaminhamento dos alunos para SRM repercute no seu trabalho. A seguir será apresentado o percurso metodológico adotado na investigação.

Percurso Metodológico

Esta é uma pesquisa do tipo survey, tendo em vista o elevado número de participantes (144) e a intencionalidade de obter um panorama sobre o objeto de estudo.

Os critérios de inclusão para que os professores pudessem participar da pesquisa foram que estes fossem professores da Sala Comum do 1º ao 5º ano e que tivessem aluno em Atendimento Educacional Especializado.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário, contendo 18 questões abertas e fechadas, nas quais os professores puderam deixar sua opinião e também colocar sugestões. Todas as questões foram digitadas na íntegra no programa *Excel*, em seguida foram agrupadas, com intuito de identificar as recorrências, tendências e contradições para assim construir as categorias descritivas. Quanto às respostas dos questionários foram analisadas por meio da análise de conteúdo.

Salienta-se que a pesquisa está em andamento e encontra-se na fase de análise dos dados obtidos por meio do questionário, bem como pela leitura minuciosa e estudo de documentos nacionais e municipais. Abaixo será apresentada a caracterização das participantes da pesquisa e posteriormente a análise da questão em foco.

Caracterização dos participantes da pesquisa

Das professoras¹ que responderam o questionário prevalece o gênero feminino, 136 (95%) das pesquisadas indicaram ser do sexo feminino e apenas 6 (4%) do sexo masculino. Vianna (2001, p.90) ao discutir a feminização do magistério, nos incita a pensar

¹ A maioria dos participantes investigados nesta pesquisa pertence ao gênero feminino, motivo pelo qual se optou em utilizar o feminino genérico.

que esta realidade está além das atribuições socialmente delegadas as mulheres e infelizmente “associa-se às péssimas condições de trabalho, ao rebaixamento salarial e a estratificação sexual da carreira docente, assim como a reprodução de estereótipos por parte da escola”.

Todas as participantes da pesquisa possuem escolaridade completa, 115 (80%) já cursaram a pós-graduação em nível de Especialização, e somente uma professora cursou o Mestrado. Ainda referente à formação, destaca-se que 47% das participantes concluíram sua formação inicial entre 2000 a 2012. Bem como, 63% indicaram terem concluído a especialização neste mesmo período, o que se relaciona ao fato de 103 (71%) terem afirmado que tiveram em sua formação disciplinas relacionadas à Educação Especial.

O fato das professoras pesquisadas, em sua maioria, afirmarem ter tido disciplinas relacionadas à Educação Especial pode estar vinculado às reformas universitárias ocorridas a partir de 2001, que definiram as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Mas devido às indefinições curriculares destas formações, não se pode afirmar quais as concepções que lhes serviram de base.

A repercussão do AEE no Trabalho do professor da Sala comum

Para a análise que se segue, será destacado se o professor da Sala Comum acredita que o encaminhamento dos alunos para Sala de Recurso Multifuncional repercute no seu trabalho. Das 144 participantes da pesquisa, 115 (80%) afirmaram que sim, o encaminhamento de alunos (as) para a SRM repercute no seu trabalho, 17 (12%) não responderam esta questão, 10 (7%) dos participantes se limitaram a respostas vagas (às vezes, depende, de certa forma) e duas (1%) afirmaram que não repercute.

Destaca-se que das 115 participantes que responderam positivamente, 51(44%) escreveram como justificativa para esta repercussão *a aprendizagem dos alunos*. As professoras acreditam que o trabalho na SRM contribui para o processo de aprendizagem, pois o professor especializado, na voz do professor da Sala Comum, é alguém que: *“tem um olhar diferenciado”, “realiza atividades apropriadas as necessidades”, “oferece alternativas”, “direciona e facilita a aprendizagem”, “trabalha*

atenção e concentração”, a “autonomia e socialização”, “trabalha de forma individualizada”, “complementa as atividades realizadas em sala”.

Diante destas respostas, torna-se importante ressaltar que a SRM é “um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p.16). Portanto, constata-se na justificativa dos professores uma compreensão parcial das funções deste atendimento, bem como uma supervalorização do professor *especialista*, numa abordagem que o compreende como aquele que diante das dificuldades de aprendizagem tem as respostas mais eficazes. Assim, o professor da Sala Comum se coloca como um professor que precisa ser orientado, e justamente no que é a sua principal função, *a aprendizagem dos alunos*. Ressalta-se que as respostas não evidenciam a deficiência como um desafio e sim a aprendizagem.

Contudo, entende-se que esta análise tem que considerar a forma como o trabalho docente se efetiva na escola, abarcando as condições para que ele aconteça, as quais podem auxiliar no rompimento de determinados estereótipos ou no reforço de determinadas formas de agir, pensar e sentir a docência.

Todavia, se faz necessário ouvir os professores da Sala comum, investigar suas concepções, para que momentos de estudos referentes à compreensão das funções do AEE na SRM, em especial o planejamento de ações conjuntas, sejam mais que ações isoladas e componham as políticas públicas que embasam o AEE no espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Essa pesquisa ainda está em desenvolvimento, porém com intencionalidades definidas, investigar a concepção dos professores da Sala Comum sobre o AEE realizado na SRM da Rede Municipal de Joinville. Nas análises iniciais o que tem se caracterizado como um traço marcante é a idealização do trabalho do professor do AEE, como aquele que pode resolver muitos dos problemas de aprendizagem dos estudantes que são encaminhados para este serviço.

Para esse trabalho específico foi feito somente um recorte das análises preliminares para assim podermos contemplar um prólogo das ideias, das opiniões e contribuições sobre o AEE na SRM. Os dados preliminares apontam para alguns caminhos, que precisam ser bem avaliados para se tornarem medidas efetivas no contexto escolar, entre eles encontra-se, a formação em serviço, o planejamento de ações conjuntas entre os professores da Sala Comum/professores da SRM, para que compreendam as reais funções do atendimento. Neste sentido concorda-se com Glat e Blanco (2007, p. 33) quando afirmam que “o sucesso da política de Educação Inclusiva depende diretamente da existência da rede de suportes, incluindo-se a formação inicial e continuada dos professores [...]”.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 17, n. spe1, Aug. 2011.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/ CEB n.º 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 2009.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.
- GLAT, Rosana. BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva. In : GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.
- OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Práticas Sociais, Culturais e Pedagógicas – Fragmentos de uma realidade Seletiva. In: MENDES, Eniceia Gonçalves, ALMEIDA, Maria Amelia (Org). **Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. São Paulo: Junqueira&Marin, 2010.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Dispõe sobre procedimentos em relação às Salas de Recursos Multifuncionais. Instrução Normativa 004/2013.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, v. 17, n. 18, p. 81-103, 2001.